



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001475/2023-74

**Assunto:** Instauração de Processo - Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de São Carlos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de cópia do regulamento próprio que foi disciplinado para a contratação dos profissionais que oferecem apoio às atividades escolares, conforme artigo 13 da Resolução SE 68/2017. Não conhecimento.

**DECISÃO CODUSP/LAI Nº 254/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão esclareceu que a solicitação já tinha sido respondida anteriormente, reiterou que a contratação do professor auxiliar ocorre por decisão judicial e informou que a Resolução SE 68/2017 foi revogada pela Resolução SEDUC - 21, publicada em 22/06/2023. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Considerando que a resposta do órgão afirma que a informação foi respondida anteriormente em outra demanda, realizamos uma pesquisa no sistema SIC-SP para verificar se existiam pedidos com o mesmo teor já respondidos à solicitante e constatou-se que a mesma solicitação foi feita, recentemente, no Protocolo SIC.SP [REDACTED] onde foi informado à requerente que o documento em questão não foi produzido.
4. Em análise ao caso concreto, verifica-se que a resposta ao pedido formulado foi concedida à interessada.
5. Desta forma, o presente recurso não deverá ser conhecido ou ter seu mérito analisado, por tratar-se de pedido duplicado, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
6. Assim, considerando que a solicitante já recebeu, em outro pedido de sua autoria, a informação relativa ao que originou o presente recurso, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das

hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 20 de julho de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Encarregado de Dados Pessoais da Administração Direta do Estado de São Paulo**, em 20/07/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site